



**OBSERVATÓRIO
DO FEMINICÍDIO**

BOLETIM INFORMATIVO

3

2025

1. FEMINICÍDIO POLÍTICO: AMPLIANDO AS TIPOLOGIAS

A literatura feminista e os instrumentos normativos internacionais desenvolveram diversas tipologias de feminicídio para visibilizar as múltiplas circunstâncias em que essas mortes ocorrem. O Relatório Anual do OFRJ propõe agora a reflexão sobre uma tipologia emergente e necessária: o feminicídio político.

1.1 O que é o feminicídio político?

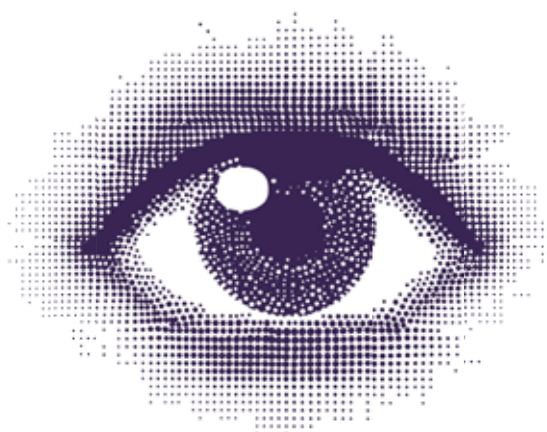
O feminicídio político, conceito cunhado por Renata Souza, é compreendido como o assassinato de mulheres em razão de sua atuação política, de sua liderança social ou de sua posição em disputas de poder. Articula gênero, raça, política e violência letal, evidenciando a interseção entre patriarcado, racismo, autoritarismo e interesses econômicos e institucionais.

Violência política de gênero

Manifesta-se por intimidação, deslegitimação, humilhação, ameaças, assédio moral e sexual, violência simbólica e física. Objetivo: restringir ou impedir o exercício dos direitos políticos das mulheres. Afeta não apenas vítimas diretas, mas desestimula a participação política feminina em geral.

Quando se torna feminicídio político

Quando a violência política atinge seu grau letal, culminando na eliminação física de mulheres que se colocam na linha de frente de lutas políticas, sociais e territoriais, especialmente mulheres negras, indígenas, defensoras de direitos humanos e lideranças comunitárias.



Diferentemente das tipologias tradicionais centradas em relações interpessoais, o feminicídio político se inscreve no campo da violência pública e institucional. A morte dessas mulheres é frequentemente precedida por ameaças, perseguições, campanhas de deslegitimação e pedidos formais de proteção ignorados ou negados.

Limites do enquadramento penal

Do ponto de vista jurídico-penal, o feminicídio político enfrenta obstáculos para seu reconhecimento. A exigência de comprovação do dolo de matar por razões da condição feminina tende a invisibilizar motivações políticas, raciais e institucionais. Muitas vezes, as mortes são enquadradas como homicídios ou crimes políticos, sem a devida consideração das dimensões de gênero.

A fragmentação das responsabilidades institucionais dificulta ainda a imputação penal de agentes públicos e a responsabilização por omissões reiteradas.

Nomear determinadas mortes como feminicídios políticos possui forte dimensão simbólica e política: trata-se de um ato de memória, que resiste ao apagamento das trajetórias dessas mulheres, e de um instrumento crítico que evidencia as contradições entre o discurso democrático e a realidade da exclusão violenta.

2. MAPEAMENTO DAS REDES DE PROTEÇÃO DO ESTADO DO RJ

O OFRJ realizou mapeamento abrangente de mais de 100 serviços de acolhimento a mulheres em situação de violência no Estado do Rio de Janeiro. Este levantamento é fundamental para identificar lacunas, reconhecer boas práticas e fortalecer a articulação em rede.

2.1 A Rede em Números

Os dados revelam uma rede de proteção ampla, marcada pela forte presença de equipamentos generalistas e de serviços ligados à segurança pública e ao sistema de justiça.

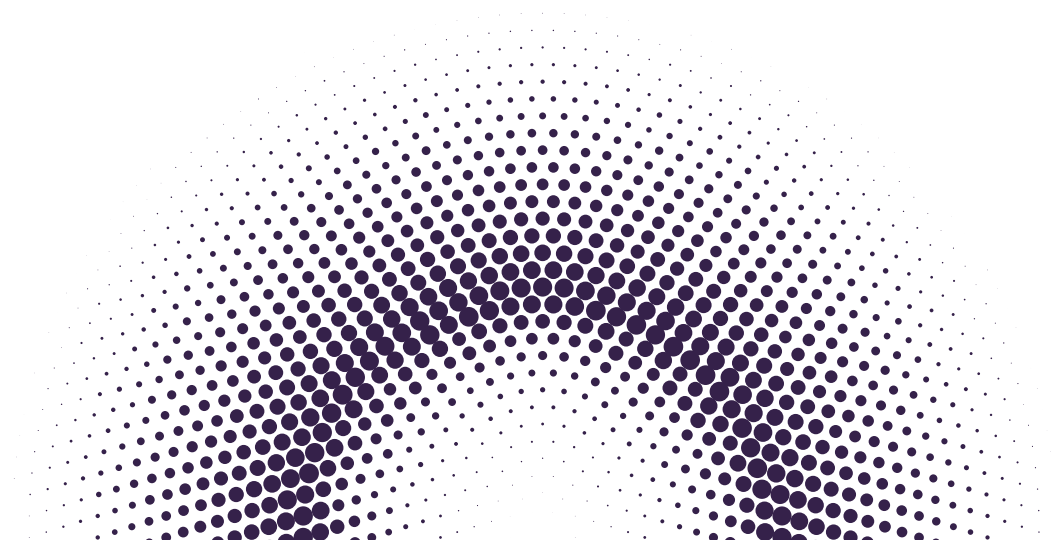
+100	143	76	41	16	58	3
Serviços e equipamentos mapeados no Estado	Conselhos Tutelares	UPAs	Hospitais de referência	DEAMs	DEAMs	Unidades de abrigamento

2.2 Distribuição Estadual dos Serviços

A distribuição da rede é marcada por desigualdades territoriais. Enquanto a Região Metropolitana concentra parte importante dos serviços especializados, o interior apresenta maior dependência de equipamentos generalistas.

Equipamento	Reg. Metropolitana	Interior
Hospitais (referência)	27 (66%)	14 (34%)
UPA	54 (71%)	22 (29%)
DEAM	10 (62,5%)	6 (37,5%)
CEAM/CIAM	26 (44,83%)	32 (55,17%)
Conselho Tutelar	58 (41%)	85 (59%)

Interior inclui: Baixada Litorânea, Serrana, Médio-Paraíba, Costa Verde, Norte, Centro-Sul e Noroeste Fluminense.



2.3 Centros Especializados de Atendimento a Mulher (CEAMs/CIAMs) — 2024

O monitoramento dos Centros Especializados revelou os seguintes perfis de atendimento:

Perfil das mulheres atendidas	Tipos de violência atendida
72,1% em situação de violência. 65,9% encaminhadas por instituições. 29,1% por demanda espontânea. Faixa etária predominante: 30-49 anos (49,5%). Raça/cor: 24,1% pretas, 20,3% brancas. Escolaridade: 38,7% ensino médio. Situação de trabalho: 23,5% sem ocupação e 19,7% autônomas.	Psicológica: 29,5%. Moral: 24,1%. Física: 20,4%. Patrimonial: 15,9%. Sexual: 10%. atendimentos totais: 5.013 (média mensal por CEAM). Unidades mais demandadas: CEAM Queimados (1.772), CIAM Márcia Lyra (1.625), CIAM Baixada (1.616).

2.4 Barreiras de acesso e desafios estruturais

As pesquisas realizadas na Maré e o mapeamento estadual convergem na identificação de barreiras que impedem o acesso pleno das mulheres a proteção:

- Dificuldades de deslocamento, especialmente em contextos de conflito armado e restrições territoriais
- Barreiras de comunicação e receio de exposição social ou pressão comunitária
- Experiências prévias de atendimento inadequado que desestimulam novos acionamentos
- Falta de profissionais capacitados para o preenchimento de notificações em alguns municípios
- Insuficiência de serviços especializados em determinados territórios, levando ao deslocamento intermunicipal
- Descrença na proteção formal e medo de retaliação, especialmente em contextos de alta violência armada

2.5 Cobertura territorial e subnotificação

A análise territorial das notificações de violência física (SINAN, 2015-2025) evidenciou forte concentração de registros em municípios-polo com maior infraestrutura de atendimento em saúde. Municípios como Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (capital) e Niterói apresentam números de notificações superiores ao número de mulheres residentes vítimas, funcionando como polos regionais de atendimento.

Municípios com subnotificação expressiva

Belford Roxo: 3.974 mulheres residentes vítimas vs. apenas 2.175 notificações registradas (-1.799). Marica: 2.372 vítimas vs. 1.318 notificações (-1.054). Nilópolis: 791 vítimas vs. 82 notificações (-709). Paty do Alferes: 425 vítimas vs. apenas 4 notificações (-421). Esses déficits indicam necessidade urgente de fortalecimento da rede de proteção nesses territórios.

2.6 A Importância deste Mapeamento

Este estudo não avalia o desempenho dos serviços nem estabelece comparações entre regiões, trata-se de uma fotografia analítica da rede de proteção no Estado do Rio de Janeiro. O mapeamento permite compreender como a organização da rede influencia os percursos das mulheres na busca por ajuda e produz evidências para o fortalecimento das políticas públicas.

3. MÍDIA E FEMINICÍDIO: COMO OS CASOS SÃO NOTICIADOS

O OFRJ vem realizando a análise da cobertura midiática de casos de feminicídio no Estado do Rio de Janeiro, buscando compreender como a mídia enquadra esses crimes e quais os impactos sobre a percepção pública e a visibilidade do feminicídio como problema estrutural.

3.1 Distribuição geográfica e terminologia

A maior concentração de registros midiáticos ocorre na capital e na Região Metropolitana, o que deve ser interpretado considerando que o município do Rio de Janeiro abriga mais de 3 milhões de meninas e mulheres e concentra os principais veículos de imprensa. A baixa visibilidade midiática de municípios do interior pode indicar zonas de menor cobertura jornalística, e não menor incidência de violência.

A análise da nomenclatura revela predominância de casos explicitamente nomeados como feminicídio, mas com presença significativa de classificações como ‘homicídio de mulher’ ou ‘suspeita sob investigação’. A cautela editorial diante do devido processo legal é compreensível, mas produz efeitos sobre a visibilidade pública do feminicídio como crime de gênero.

3.2 Assimetrias na exposição midiática

Vítimas: superexposição	Agressores: subexposição
Ampla divulgação de imagens e informações pessoais das vítimas. Exposição de familiares em situação de luto. Frequente uso de expressões como “requintes de crueldade” e descrições minuciosas dos métodos empregados. Esse padrão contribui para processos de vitimização simbólica.	Menor destaque visual ou anonimização do agressor, mesmo quando identificado. Responsabilização do agressor e falhas institucionais permanecem secundarizadas. O foco na vítima, em detrimento do autor, influencia os modos de engajamento da audiência com o caso.

3.3 Silêncio sobre histórico de violência e proteção

Na maioria dos registros midiáticos analisados:

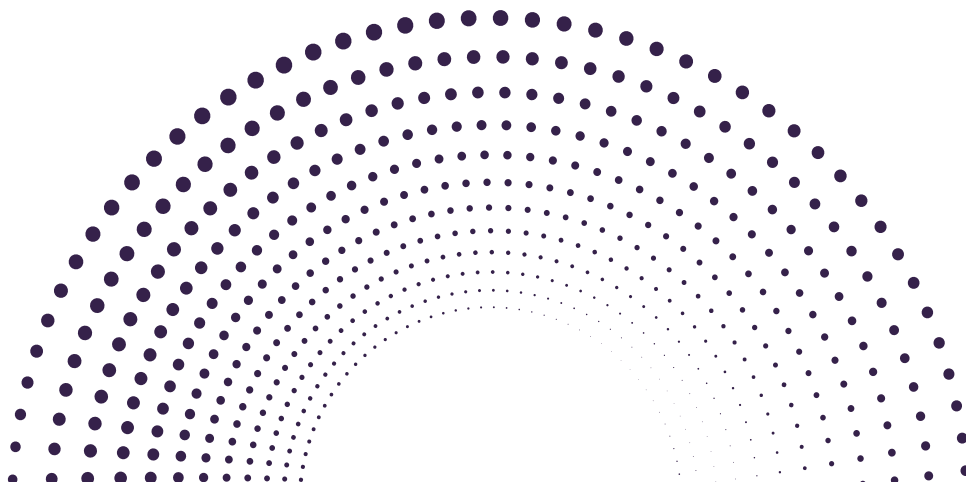
- Não há menção de medidas protetivas anteriores ao crime
- Não há referência de registros anteriores de violência
- Não há informações sobre acionamento da rede de proteção
- As narrativas privilegiam conflitos conjugais e dramas familiares, raramente contextualizando os casos a partir de desigualdades de gênero, falhas institucionais ou políticas públicas

Implicação para prevenção

Esse silêncio dificulta a compreensão do feminicídio como fenômeno evitável, não informando sobre alertas prévios e oportunidades de intervenção. A narrativa midiática que apresenta o feminicídio como ‘tragédia pessoal’ contribui para sua privatização e obscurece sua dimensão pública e estrutural.

4. CASOS SELECIONADOS DE FEMINICÍDIO JULGADOS PELO TJ/RJ

O OFRJ selecionou e analisou, para fins de debate e reflexão jurídica, alguns casos de feminicídio julgados em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A análise busca identificar padrões interpretativos, gargalos processuais e subsídios para o aprimoramento das respostas institucionais.



4.1 Aspectos gerais identificados

- O ambiente doméstico como principal locus: em 77% dos casos analisados, o crime ocorreu dentro de casa.
- Ex-parceiro como principal agressor: 76 casos envolvendo ex-parceiros, mais do que parceiros atuais (48 casos), reforçando que o período pós-término é especialmente crítico.
- Motivação patriarcal: inconformismo com o término ou com novo relacionamento da vítima aparece em 52,3% dos casos com motivação especificada.
- Impunidade de outros responsáveis: a análise evidencia como, nos feminicídios políticos e em contextos de violência territorializada, a fragmentação das responsabilidades institucionais dificulta a imputação penal.

4.2 Gargalos identificados no sistema de justiça

- Ausência de padronização das ementas: lacunas significativas de informação comprometem o monitoramento.
- Segredo de justiça quase universal: impossibilita acesso aos acórdãos e limita análise mais aprofundada dos padrões interpretativos.
- Estoque elevado de processos pendentes: 9.678 em 2025 (redução em relação aos 11.107 de 2024, mas ainda alto).



5. SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS

CURSO “FEMINICÍDIO EM FOCO: PRÁTICAS DE IDENTIFICAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO”

Em 2025, o OFRJ realizou duas turmas do curso ‘Feminicídio em Foco: Identificação, Investigação e Prevenção’, totalizando 76 cursistas e 54 trabalhos finais individuais. O curso é gratuito, com carga horária de 30 horas, distribuídas em três encontros presenciais, dois encontros online e atividades complementares.

5.1 Estrutura curricular

A proposta pedagógica articula três eixos: (i) compreensão conceitual do feminicídio como expressão extrema de um continuum de violências; (ii) análise crítica de normativas jurídicas e instrumentos de proteção; (iii) reflexão sobre práticas institucionais e articulação intersetorial. O conteúdo é organizado em cinco módulos:

- Módulo 1: Introdução ao feminicídio e violências de gênero — fundamentos conceituais, tipologias e leitura interseccional.
- Módulo 2: Instrumentos legais e políticas públicas — Lei Maria da Penha, medidas protetivas e dever institucional de proteção.

- Módulo 3: Experiências latino-americanas — panorama comparado e limites do enquadramento penal.
- Módulo 4: Rede de atendimento e proteção — práticas de cuidado e prevenção da vitimização.
- Módulo 5: Análise de casos de feminicídio no RJ — rota crítica, alertas ignorados e falhas de proteção.



5.2 Turma 1 — Segurança Pública

Perfil da turma	Avaliação
48 inscrições; 31 concluintes. Idade média: 42,1 anos. Composição: Polícia Militar, Polícia Civil (incluindo Patrulha Maria da Penha, DEAMs e Delegacias de Homicídios). Gênero: 58,3% mulheres cis, 35,4% homens cis, 6,3% homens trans. Escolaridade: 37,5% pós-graduação lato sensu, 27,1% ensino superior, 22,9% ensino médio.	29 participantes responderam ao formulário: 87% classificaram o curso como 'Ótimo' e 13% como 'Bom' (nenhuma avaliação negativa). Comentários destacaram 'visão mais humanizada para o atendimento às mulheres' e 'conhecimento importantíssimo para o trabalho'. Demandas: ampliação para outros profissionais de segurança, aumento da carga horária e formato EAD para o interior.

5.3 Turma 2 — Saúde e Rede de Proteção Social

Perfil da turma	Avaliação
66 inscrições; 45 participantes; 23 concluintes. Perfil: majoritariamente feminino (87,88%). Idade média: 42,20 anos. Escolaridade: 50% pós-graduação, 37,88% ensino superior. Composição racial: 46,97% brancos, 34,85% pardos, 18,18% pretos. Instituições: hospitais estaduais, unidades de referência, Secretaria de Estado da Mulher e Ministério Público.	97% das 36 avaliações classificadas como 'Ótima' ou 'Boa'. O curso foi avaliado como 'muito bem elaborado' e 'importantíssimo para fazer uma rede de atendimento completo'. Demandas: ampliação da carga horária, formato exclusivamente presencial para facilitar liberação institucional e cursos de atualização para egressos.



**OBSERVATÓRIO
DO FEMINICÍDIO**